

PARQUE REGIONAL DE MANUTENCAO/3/RS

Termo de Referência 18/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
18/2026	160417-PARQUE REGIONAL DE MANUTENCAO/3/RS	RICARDO COMASSETTO DE FREITAS	18/06/2026 09:25 (v 0.32)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		64617.001646/2026-96

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 64617.001278/2026-86)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Aquisição de geradores e material elétrico, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. Havendo divergências entre a descrição do objeto constante no edital e a descrição do objeto constante no SITE COMPRASNET, "SIASG" OU NOTA DE EMPENHO, prevalecerá, sempre, a descrição do edital.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Adaptador E40 para E27 porcelana Tipo: Rosqueável Tipo Lâmpada: Incandescente Tipo Base: E-40 / E-27 Material Contato: Latão Aplicação: Soquete adaptador para lâmpadas com base E40/E27. Soquete com rosca E40/E27, para instalações em luminárias. Material: Porcelana.	402155	Und	20	25,47	509,40
2	Bóia elétrica 3 vias 250V/15A, CABO 1,2M Modelo: CB-2012 Corrente nominal: 15A Tensão máxima: 250V Cabo: 1,2 metros Potência suportada: 1CV em 220V / 0,75CV em 127V Grau de proteção: IPX8 Classe de proteção: II	611902	Und	10	43,54	435,40

	Temperatura máxima: 60°C Contato reversível (liga ou desliga conforme a posição) Isento de mercúrio					
3	Kit Isolador Vertical Armação Press Bow e Roldana Porcelana Material: Porcelana de alta resistência Tensão nominal: Adequado para faixas de tensão de 10 kV a 35 kV Resistência mecânica: Alta resistência a cargas e tensões mecânicas Superfície: Lisa e livre de imperfeições para uma passagem suave do cabo Material da roldana: Porcelana Altura - 7 cm Largura - 15 cm Comprimento - 15 cm Peso - 1.150g.	446073	Und	05	38,94	194,70
4	Cabo Multiplex AL (1F+N) 16mm², isolado de PVC resistente a chama 1KV (Neutro NU) Modelo: Cabo de Alumínio Duplex 16mmZ - 0,6/1kv Medida: 2 cabos de 16mmZ cada (1 fase Isolado + 1 neutro NU) Cor: 1 Preto + 1 Alumínio Tensão máxima: 1KV Temperatura Máxima: 90° Composição: Alumínio-1350 / PVC Norma aplicável: NBR-8182	418907	Metros	1000	13,12	13.120,00
5	Cabo Multiplex AL (3F + N) 70mm², isolado de PVC resistente a chama 1KV (Neutro nu) Tipo de cabo: cabo quadplex 70mm 1kv neutro nu Tamanho da seção: cabo triplex 70mm 1kv neutro nu Seção: 3 x 1 x 70 mm² Tipo de embalagem: rolo Material da cobertura: xlpe 1kv Materiais do condutor: alumínio Normas aplicáveis: NBR 8182 Tensão nominal: 1kv Não inflamável	418905	Metros	150	53,79	8.068,50
6	Conector Perfurante tipo pirce (Morcegão) isolado 10 a 70mm² Características: CONECTOR DE DERIVAÇÃO PERFURANTE (PIERCING) Finalidade: Projetado para conexões de derivação por perfuração do isolante em redes e ramais aéreos de baixa tensão até 1 KV. Aplicação: Ligação do CABO MULTIPLEX (10 a 70 mmZ) em CABO FLEX (1,5 A 10 mmZ) Material: Polímero, Elastômero e Cobre Eletrolítico.	350796	Und	70	10,31	721,70
7	Conector Perfurante tipo Pirce (Morcegão) isolado 16 a 120mm Ideal para conexões isoladas envolvendo fios e cabos nas combinações de (Alumínio - Alumínio), (Alumínio - Cobre) e (Cobre - Cobre). Possui porca-fusível para garantir a qualidade da aplicação. Conexão por aperto simultâneo com porca fusível, através de perfuração da isolação, garantindo a estanqueidade. Características Técnicas: Condutores: 16 -120mm Torque: 20 N.m Composição: Conector em material polimérico Contatos em cobre estanhado	336391	Und	60	41,34	2.480,40

8	Disjuntor tripolar 100A DIN, CURVA “ C ” Tensão de emprego: 440Vca/250Vcc Frequência nominal: 50/60Hz Corrente nominal: 100A Capacidade máxima de curto-circuito: 3Ka Curva de Disparo: Curva C Número de polos: 3 Grau de proteção: IP20 Estimativa Vida Elétrica: 4.000 Manobras Fixação: Trilho DIN 35mm	484202	Und	02	275,34	550,68
9	Disjuntor tripolar 50A DIN MONTAGEM: TRILHO (DIN) CONEXAO: BORNE PARAFUSO TIPO: TERMOMAGNETICO NUMERO POLOS: TRIPOLAR CORRENTE: 50A TENSÃO NOMINAL: 440VCA/250VCC CURVA: C GRAU PROTEÇÃO: IP20 CAPACIDADE RUPTURA: 4KA	484200	Und	04	97,70	390,80
10	DISJUNTOR TRIPOLAR CAIXA MOLDADA 200A DIN ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS Corrente Nominal (In): 200 Ampères Tensão de Operação Nominal (Ue): De 400 a 415 Volts a 50/60 Hertz Tensão Suportável de Impulso Nominal (Uimp): 8 kV Categoria de Utilização: Cat. A + 40°C Polos: 3 Polos Frame: 250S Capacidade de Interrupção de Corrente de Curto (Icu): De 220 a 240V: 42 kA De 400 a 415V: 35 kA A 440V: 29 kA; A 500V: 10 kA; A 690V: 3kA Capacidade de Interrupção de Corrente de Curto (Ics): De 220 a 240V: 21 kA De 400 a 415V: 21 kA A 440V: 14,5 kA; A 500V: 5 kA; A 690V: 1,5kA	626006	Und	01	753,19	753,19
11	Foto Célula eletrônica, relé sensor, 1000W, 127/220V Tensão Nominal: Bivolt 127/220 V Frequência Nominal: 50/60 HZ Tipo Contato: Nf2 Potência Nominal: 1000 W	615337	Und	10	57,80	578,00
	Lâmpada Super LED_E40_ 120W 6500K - Uso: Interno - Vtagem (V): AUTOVOLT - Frequência (Hz): 50/60 - Fator de Potência (FP): 0,92 - Potência Máxima (W): 120					

12	<ul style="list-style-type: none"> - Base: E40 - Fluxo Luminoso (lm): 11000 - Lumens/Watts: 90 - Ângulo de Abertura (°): 180 - IRC: 80 - Temperatura de Cor (K): 6500 - Garantia: 1 ano - Vida Útil (h): 25000 - Produzido em: Plástico, alumínio, placa de circuito impresso e componentes eletrônicos. 	600028	Und	50	221,96	11.098,00
13	<p>Lâmpada de Super LED E27/50W Base E27</p> <p>Potência: 50W Temperatura de cor: 6500K Fluxo Luminoso: 4000LM PARA 6500K E 4000K - 3600LM PARA 3000K Equivalência Incandescente: 240W Equivalência Fluorescente: 67W</p> <p>Vida Útil: 25000 horas Autovolt (100-240V) Alto Fator de Potência IRC> 80 Não emite raios infravermelhos Frequência: 50/60Hz 85% de economia de energia Não contém mercúrio Produto certificado Garantia: 2 Anos Dimensões(DxA): 120 x 170mm</p>	439278	Und	30	50,32	1.509,60
14	<p>Plugue Macho 2P+T, 10A</p> <ul style="list-style-type: none"> - Plugue Macho - 2 Polos + Terra - Cor: Cinza - 10 Amperes 	418902	Und	20	12,94	258,80
15	<p>Quadro de Comando 1000 x 80 x 20cm</p> <p>CAIXA DE MONTAGEM DE PAINEL ELÉTRICO - HERMÉTICA</p> <p>QUADRO DE MONTAGEM - SOBREPOR CHAPA = ESTRUTURA #22 - PLACA #20 - PORTA #20</p> <ul style="list-style-type: none"> - FABRICADOS EM AÇO CARBONO - TRATAMENTO ANTI CORROSIVO - PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ - CAIXA NA COR BEGE - PLACA DE MONTAGEM REMOVÍVEL NA COR LARANJA - PONTO DE ATERRAMENTO NA CAIXA E PORTA - DOBRADIÇAS INVOLÁVEIS c/ PINO 3/16 (PLÁSTICO) - PERFIL AUTO ADESIVO EM EVA p/ VEDAÇÃO 15×10 - FECHO LINGUETA (PLÁSTICO) c/ MIOLO FENDA (PLÁSTICO) - GRAU DE PROTEÇÃO IP-54 - SEM FLANGE 	618607	Und	01	1349,83	1349,83
16	<p>Refletor de LED 200W 6500K</p> <p>Características: Tensão: 100-240V Potência: 200W Temperatura de cor: Branco - 6.500K Eficiência luminosa: 83lm/W Fluxo luminoso: 16.000lm Vida útil: 25.000h Ângulo abertura: 120° Frequência: 50/60Hz Índice de reprodução de cor: 70 Fator de potência: > 0,5</p>	624054	Und	10	457,33	4.573,30
	<p>SENSOR termopar tipo pt100, 3 fios (02 positivos / 01 negativo), haste 4x50mm, cabo 250mm, trança metálica</p> <p>Compatibilidade: Transmissor 4 a 20 mA Material da Haste: Aço</p>					

17	inoxidável 304 Rosca 1/2 BSP Precisão ±0,5 °C Temperatura de Operação -40 a 300°C Tolerância 1°C Dimensões da Haste 0,6cm (6mm) x 5cm (50mm) Material do Cabo Trança metálica - 5 metros Conector 3 pinos Formato Cilíndrico Certificação ISO 9001:2015 Conexão Terminais tubulares para melhor encaixe Fiação 02 Positivo: fio vermelho / 01 Negativo: fio azul	632997	Und	03	142,38	427,14
18	Tomada 2P+T 20A branca com placa Capacidade: 20 Amperes (20A) - furos mais grossos (4,8mm). Cor: Branca, design moderno e acabamento fosco ou brilhante. Tipo: Embutir, padrão 4x2. Modelos: Simples. Segurança: Termoplástico autoextinguível (não propaga chama) e proteção contra raios UV.	618467	Und	36	40,35	1.452,60
19	Abraçadeira tipo “U” de metal, 2” Polegadas Peso e Medidas: Indicada para tubos com diâmetro de 2 polegadas (aproximadamente 50,8 mm), apresenta dimensões robustas para garantir firmeza na fixação, com peso equilibrado para fácil manuseio e instalação. Principais Características: alta resistência à corrosão e durabilidade, compatível com diversos tipos de tubulações, fácil instalação com parafusos e buchas, design resistente para suportar cargas e vibrações. Material: aço carbono Acabamento: galvanizado	631874	Und	10	13,15	131,50
20	Alça pré-formada para 25mm² (Amarração p/ cabos nos postes) Tipo Preformado Modelo Multiplexado Cor Laranja Bitola 25mm² Diâmetro 2,31mm Quantidade de Varetas 2 Resistência de Ruptura 146daN	386596	Und	20	6,30	126,00
21	Cabo Multiplex XLPE _AL cabo tetra (3F + N) 25mm²; isolado de PVC resistente a chama 1KV (Neutro nu) Cabo de Cobre (CU) 10mm²; isolado de PVC resistente a chama 750V, semi flexível Aplicação: - Recomendado para instalações em circuitos de força, luz, comandos, sinalizações em construções residenciais, comerciais, industriais, etc. Condutor: - Fios de Cobre eletrolítico, têmpera mole, classe 4 de encordoamento até a seção nominal de 6mmZ e classe 5 de encordoamento a partir da seção 10mmZ (extraflexível) atendendo a norma ABNT NM 280. Isolação: - Composto termoplástico polivinílico (PVC) tipo BWF (Resistente à propagação de chamas). Nas seções nominais até 10mmZ a isolação é feita em Dupla Camada sendo que a camada externa possui característica extra deslizante facilitando a aplicação do produto em eletrodutos. Observações: - Os rolos possuem 100 metros. - Nas bobinas, o comprimento depende de consulta prévia. - Produto na cor PRETA. - Os dados da tabela estão sujeitos a alterações, sem prévio aviso.	428664	Metros	150	18,10	2.715,00

	<p>Características Técnicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Resistência a água: AD1 E AD2 (ocasionalmente) - Resistência a impactos: AG1 (regular) - Temperatura máxima: 70°C - Não propaga chamas - Isolação em dupla camada nas seções nominais até 10mmZ - Flexível - Deslizante 					
22	<p>Cabo Multiplex XLPE _AL cabo tetra (3F + N) 25mm2; isolado de PVC resistente a chama 1KV (Neutro nu)</p> <p>Tipo Semirrígido Modelo Multiplexado Cor Cinza/Preto/Vermelho Linha Multiplex Classe Flexibilidade 2 Diâmetro 2,31mm Quantidade de Varetas 2 Resistência de Ruptura 146daN Condutor Alumínio Bitola 25mm² Isolação XLPE Quantidade de Vias 4 Tensão 600V Tensão de Isolação 1kV Norma ABNT NBR NM 280/ABNT NBR 8182/ABNT NBR 10323 Temperatura de Operação 90°C</p>	418905	Metros	450	39,66	17.847,00
23	<p>Cabo Multiplex XLPE _AL cabos tetra (3F + N) 10mm²; isolado de PVC resistente a chama 1KV (Neutro nu)</p> <p>Condutor: Condutor de alumínio 1350, Encordoamento Classe 2; Cobertura: Polietileno reticulado XLPE para classe térmica de 90°C; Condutor neutro: Alumínio 1350 H19; Modelo: Quadruplex;</p> <p>Seção nominal: 10mmZ; Diâmetro nominal do condutor: 4,6mm;</p> <p>Espessura nominal da isolação: 1,20mm;</p> <p>Diâmetro nominal veia: 6,56mm;</p>	418905	Metros	250	20,98	5.245,00
24	<p>Cabo NU 16mm de aterramento 7 fios de cobre SPDA</p> <p>Seção Nominal: 16mm2</p> <p>FORMAÇÃO: Número de fios: 7 Diâmetro dos fios: 1,70 mm2</p> <p>Diâmetro Nominal: 5,10mm Resistência Elétrica Máxima 20°C: 1,17 (fi/km)</p> <p>Cabo de acordo com NBR 6524 – Cabos de cobre duro e meio duro sem cobertura protetora para instalações aéreas</p>	362638	Metros	04	23,76	95,04
25	<p>Chave de transferência Automática tetrapolar 125A</p> <p>Polos: 4 Corrente Nominal: 125A Tensão de Comando: 220Vca Tensão Nominal de Operação: 230/400Vca Tensão Nominal de Isolação: 690Vca</p>	482960	Und	02	1838,21	3676,42

	Tensão Suportável de Impulso Nominal: 8kV Frequência Nominal: 50/60Hz Temperatura de Operação: -5°C a 40°C Corrente de Curto-Circuito Nominal: 50kA Norma: GB/T14048.11					
26	Chave de transferência Automática tetrapolar 70A 4P Gloq7- 70/4P C /carga Corrente Nominal: 70A; Polos: 4; Tensão de Comando: 220 Vca; Tensão Nominal de Operação: até 400 Vca; Tensão de Isolação: 690 Vca; Grau de Proteção: IP00; (deve ser instalada em painel elétrico); Atuação sob carga; Comando manual ou comutação automática; Fixação: trilho Din TS35;	482960	Und	02	433,54	867,08
27	Conector de aterramento reforçado Material: Grampo em bronze, parafuso em liga de cobre (TH-R) ou grampo em liga de cobre, parafuso em aço zincado eletrolítico (TH). Ferramenta de Aplicação: Chave estrela ou fixa. Normas: ABNT NBR-5370 / UL-467 (Somente TH-R)	624002	Und	02	20,60	41,20
28	Conector Derivação Perfurante tipo Pirce (CPD-Morcegão) isolado 70-240mm² principal, 16-120mm² derivação Finalidade: Derivação de cabos ISOLADOS, indicados para combinações alumínio-alumínio, alumínio-cobre e cobre-cobre em redes aéreas de distribuição de energia elétrica (baixa tensão até 1kV). Características: Conexão por perfuração da isolação (não necessita decapar a isolação do cabo). Indicado para cabos de alumínio isolados 0,6/1kV XLPE/PE (classe 2) ou fios e cabos de cobre isolados 450/750v (classe 1 ou 2) sem cobertura. Conta com porca fusível para garantir uma perfeita aplicação e possui borrachas elastoméricas, tornando o conector estanque. Aplicação: Redes aéreas de distribuição de energia elétrica isoladas. Material: Conector em polímero resistente a intempéries e a raios U.V., contatos em cobre estanhado. Ferramenta de Aplicação: Chave estrela ou soquete. Norma de Referência: NF C33-020 Marca de referência: INTELLI	633617	Und	44	89,47	3.936,68
29	Corrugado preto 100mm (4") resistente Características do Produto Diâmetro: 4 polegadas (100mm) Cor: Preto Material: Polietileno de alta densidade (PEAD) Aplicação: Instalações elétricas embutidas, aparentes e subterrâneas.	334034	Metros	20	23,05	461,00
30	Curva PVC 90 °, 2" Polegadas, preto, rosca Indicação de uso: Curva para eletroduto PVC, para unir 2 eletrodutos, formando uma curva de 90 graus; Descrição: Curva em PVC com rosca externa para conexão a 90 graus em	627482	Und	14	23,23	325,22

	eletrodutos; Composição: Policloreto de vinila – PVC.					
31	Disjuntor tetrapolar de transferência, chave de transferência manual tetrapolar 4P_ 63A Gerador Rede NB Branco, Gerador Voltagem nominal 400V Frequência nominal 60 Hz Corrente nominal 63 A Materiais do corpo Termoplástico Materiais de contato COBRE ESTANHO Quantidade de terminais 16	482960	Und	04	698,35	2.793,40
32	Eletroduto rígido PVC 2” Polegadas, preto, c/rosca de 3m Material: Pvc Tipo: Rígido Anti-Chama Cor: Preta Tipo Fixação: Roscado Diâmetro Nominal: 2 POL Comprimento: 3 M	627480	Und	10	71,03	710,30
33	Emenda/ luva PVC 2” Polegadas, preto, rosca Material: Pvc Rígido Anti-Chama Tipo: Chapa Lisa Bitola: 2 POL Cor: Cinza Características Adicionais: Conexão Tubo Eletroduto Condutele Aplicação: Instalações Elétricas	613850	Und	14	15,82	221,48
34	Fita isolante 20 M Material Básico: Filme De Pvc Antichama Cor: Preta Comprimento: 20 M Largura: 19 MM Aplicação: Instalações Elétricas Referência marca: 3M ou Prysmian	604732	Und	02	42,01	84,02
35	GERADOR TRIFÁSICO (220-380V silenciado com QTA) 100KVA a DIESEL (160A). Características Gerais (Gerador 100 kVA + QTA) Potência: 100 kVA (Stand-by) / 90 kVA (Prime). Motorização: Motores diesel (ex: Perkins, Cummins) de 1.800 rpm. QTA/ATS: Quadro de transferência automática (geralmente 30A a 400A) com intertravamento para segurança. Consumo: Aprox. 15-20 L/h em carga média, podendo chegar a 24 L/h em carga máxima. Funcionamento: Automático via painel de comando (ex: Deepsea/USCA) que monitora a rede 24h. Versões: Cabinados (silenciados) ou abertos, com capacidade para suportar aplicações trifásicas 220/127V, 380/220V ou 440/254V.	606844	Und	01	99.166,66	99.166,66

36	Haste de aterramento 2m x ½" Características Principais: Material: Núcleo de aço-carbono (SAE 1010/1020) com revestimento de cobre por eletrodeposição. Dimensões: 2 metros de comprimento por 1/2 polegada de diâmetro. Aplicações: Sistemas de aterramento residencial, predial, industrial, redes de telecomunicações e proteção contra descargas atmosféricas (SPDA). Instalação: Deve ser cravada no solo, idealmente com uso de conectores (grampos) de bronze ou latão. Normas: Segue especificações da NBR 5410 para aterramento.	432013	Und	01	77,73	77,73
37	Kit armação c/ isolador 72x72 Tipo de arame: galvanizado. Uso recomendado: eletricidade e eletrônica. Material: aço.	446074	Und	12	25,33	303,96
38	Quadro de comando 50x40x20 cm Dimensões do Quadro: 50 x 40 x 20cm (Comprimento x Largura x Altura) Dimensões da Placa de Montagem: 44 x 34cm (Comprimento x Largura) Tipo de Instalação: Sobrepor Material: Aço Carbono (SAE 1008/1010) Chapa: 20 (Possui tratamento anticorrosivo) Grau de proteção: IP-54 Pintura: Eletrostática à pó Cor: Bege RAL 7032 Dobradiças reforçadas e invioláveis Ponto de aterramento: Sim Perfil autoadesivo em EVA para vedação Fechadura de Fecho com lingueta com miolo Fenda	425388	Und	06	726,83	4360,98
39	Quadro de comando 60x50x20 cm Dimensões do Quadro: 60 x 50 x 20cm (Comprimento x Largura x Altura) Dimensões da Placa de Montagem: 54 x 44cm (Comprimento x Largura) Tipo de Instalação: Sobrepor Material: Aço Carbono (SAE 1008/1010) Chapa: 20 (Possui tratamento anticorrosivo) Grau de proteção: IP-54 Pintura: Eletrostática à pó Cor: Bege RAL 7032 Dobradiças reforçadas e invioláveis Ponto de aterramento: Sim Perfil autoadesivo em EVA para vedação Fechadura de Fecho com lingueta com miolo Fenda	618608	Und	01	522,24	522,24
	Terminal olhal de compressão 10mm²_M8					

40	Bitola do Cabo: 10 mmZ. Furo de Fixação: M8 (8,4 mm ou 8 mm), adequado para parafusos M8. Material: Cobre eletrolítico com acabamento estanhado, oferecendo alta resistência à corrosão. Tipo de Conexão: Compressão/Crimpagem (o terminal é amassado contra o cabo). Aplicação: Painéis elétricos, disjuntores, motores, barramentos e caixas de distribuição.	366015	Und	40	3,17	126,80
41	Terminal/ Conector para disjuntor 6 a 25mm Produto: Conector Material: Latão Aplicação para cabos ate 25 mm²	403039	Und	120	9,16	1.099,20
42	Trilho DIN perfurado DESCRIÇÃO Trilho DIN TS35 perfurado com furos elípticos. Feito em aço carbono galvanizado. Cada barra possui 1 metro de comprimento. Para comprar barra com 2 metros de comprimento, clique aqui. MEDIDAS DE INSTALAÇÃO Largura: 35 mm Altura: 7,5 mm Comprimento: 1 metro	261405	Metros	3	43,58	130,74
43	Abraçadeira ¾" cinza Especificações técnicas: ALTURA: 1,6 cm LARGURA: 4,7 cm COMPRIMENTO: 4 cm PESO: 8 gr	470234	Und	200	5,15	1.030,00
44	Adaptador ¾" cinza Material: Pvc - Cloreto De Polivinila Tipo encaixe: torção Cor: Cinza Bitola (Polegadas): 3/4" Referência marca: TRAMONTINA	454112	Und	200	2,75	550,00
45	Bucha -6mm Material: Polietileno Tipo de uso: ALVENARIA	613896	Und	300	0,39	117,00

	Anel: Sim Diâmetro: 6mm Comprimento: 3cm					
46	Bucha -8mm Material: Polietileno Tipo de uso: ALVENARIA Anel: Sim Diâmetro: 8mm Comprimento: 4cm	613897	Und	200	0,45	90,00
47	Cabo 10mm² flexível preto Características Principais: Bitola: 10MM Tensão Nominal: 750V Material: Cobre nu, têmpera mole, classe 4. Isolação: PVC/A antichama, dupla camada. Cor: Preto. Aplicação: Circuitos de força, luz, painéis de comando e instalações internas fixas.	613579	Rolo 100 Metros	1	1.201,98	1.201,98
48	Cabo 2,5mm² flexível azul Material Isolação: Policloreto de Vinila (PVC) Classe: Encordoamento Classe 4 Certificação: Inmetro Propagação: Não Propaga Chamas Material Cabo: Cobre Nu de Têmpera Mole Tensão Nominal: 450/750V Temperatura Máxima: 70C Flexibilidade: Flexível Isolação: Dupla Camada Norma Aplicável: ABNT NBR NM 247-3 e NBR NM 280	636167	Rolo 100 Metros	3	476,63	1429,89
49	Cabo 2,5mm² flexível Preto Material do condutor: cobre Cor: Preto Seção Nominal Condutor: 2,5 mmZ; Diâmetro Nominal do Condutor: 2 mm; Espessura Nominal da Isolação: 0,8 mm; Diâmetro Nominal Externo: 3,4 mm;	636165	Rolo 100 Metros	2	239,86	479,72

	Tensão Nominal: 750V; Temperatura Máxima: 70° C; Rolo: 100 m; Peso: 3 kg/100m;					
50	Cabo 4mm² flexível vermelho Material do condutor: cobre Cor: Vermelho Seção Nominal Condutor: 4 mmZ; Diâmetro Nominal do Condutor: 2,4 mm; Espessura Nominal da Isolação: 0,8 mm; Diâmetro Nominal Externo: 4 mm; Tensão Nominal: 750V; Temperatura Máxima: 70° C; Rolo: 100 m; Peso: 4,4 kg/100m;	613579	Rolo 100 Metros	3	671,77	2015,31
51	Cabo 4mm² flexível preto Material do condutor: cobre Cor: preto Seção Nominal Condutor: 4 mmZ; Diâmetro Nominal do Condutor: 2,4 mm; Espessura Nominal da Isolação: 0,8 mm; Diâmetro Nominal Externo: 4 mm; Tensão Nominal: 750V; Temperatura Máxima: 70° C; Rolo: 100 m; Peso: 4,4 kg/100m;	459968	Rolo 100 Metros	2	528,83	1057,66
52	Cabo 6mm² flexível preto Material do condutor: cobre Cor: preto Seção Nominal Condutor: 6 mmZ; Diâmetro Nominal do Condutor: 2,9 mm; Espessura Nominal da Isolação: 0,8 mm; Diâmetro Nominal Externo: 4,5 mm; Tensão Nominal: 750V; Temperatura Máxima: 70° C; Rolo: 100 m; Cor: Branco; Baixa Tensão em CA Condutor: Fase/Retorno; Peso: 6,2 kg/100m;	459947	Rolo 100 Metros	1	608,48	608,48
	Cabo paralelo 2 x 4mm² branco					

53	Cor: Branco Condutor: Cobre eletrolítico Isolação PVC anti-chamas Tensão: 300V Norma: NBR NM 247-2 Temperatura de Operação: 70° Bitola: 2x4mm² Modelo: Paralelo	459995	Rolo 100 Metros	1	1.025,96	1.025,96
54	Eletroduto corrugado 25mm Características do Produto Material: PVC antichama Cor: Amarela Corrugação paralela para maior flexibilidade Resistência diametral até 320N/5cm Normas de Referência NBR 15465 – Requisitos de desempenho para eletrodutos plásticos NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão	321045	Metros	100	3,83	383,00
55	Caixa de passagem metal para laje 3 x 3 Cor Preto Chapa da Caixa 0,95mm Dimensão 3x3" Instalação Embutir Material Ferro Esmaltado Modelo Passagem Outros Termos Caixa de Luz	600293	Und	10	96,21	962,10
56	Caixa de passagem metal para laje 4 x2 Tipo: piso Modelo: baixa Material: alumínio Dimensões: 4x2 Fundo: fixo Aplicação: furo 1" Dimensões: 4x2mm; 0.09 kg	620915	Und	10	34	340,00
	Caixa condulete 4/3mm					

57	Material: alumínio Peso 0,09 kg Comprimento 93 mm Largura 51 mm Altura 40 mm Possui elevada resistência mecânica e a corrosão	626108	Und	80	28,91	2312,80
58	Centro de Distribuição de 18 DIN METAL - Capacidade: 18 Disjuntores Din - Dimensões: 48,2 x 34,5 x 10 cm - Modelo: Sobrepor - Tipo: Quadro de Distribuição - Sem Barramento - Grau de proteção: IP40 - Maior espaço para entrada de cabos - Resistente: Fabricada em aço carbono - Porta disponível com opção de fecho com chave - Norma: Atende às normas padrões para caixas NBR IEC 60670-1, NBR IEC 60529 e NBR IEC 60439	633608	Und	04	384,82	1539,28
59	Curva 90° cinza com adaptador 34" Altura: 45 cm Comprimento: 10 cm Cor: CINZA Largura: 30 cm Material: PVC Modelo: 36 / com adaptador 3/4" Peso do Produto: 0.34	627482	Und	40	19,16	766,40
60	Disjuntor monopolar 15A DIN Cor: Preto Corrente Elétrica: 15A Garantia da Fabricante: 24 meses Modelo: ASM1-P 15A Produto: Disjuntor DIN Quantidade de Pólos: 1 Pólo Tipos de Pólos: Monopolar Tensão Máxima de Isolamento: 380Vca	384751	Und	04	17,41	69,64
	Disjuntor monopolar 25A DIN Curva: C; Pólos: 1; Controle: Alavanca; Corrente Nominal: 25 A; Tensão de impulso nominal suportável Uimp: 3 kA; Disparo: 5 a 10 x In ; Tipo de Disparo: Térmico e magnético tipo fixo;					

61	Tensão de Operação Nominal Ue: 240 VAC; Tensão de Isolação Nominal Ui: Fase com Fase 500V / Fase com Terra 250V; Tensão Máxima de Trabalho Ubmáx: 240V; Frequência: 50/60 Hz; Resistência mecânica: 25.000 manobras; Resistência elétrica: 6.000 manobras; Torque: 2.5 N.m; Terminais: Sem terminal até 25mmZ / Tipo pino até 25mmZ / Tipo tubular até 16mmZ ; Temperatura ambiente para funcionamento: -20°C a 60°C ; Temperatura ambiente para armazenamento: -40°C a 70°C; Umidade relativa : 90 a 96% em 55°C / 95 a 100% em 25°C; Material dos contatos: Fixo - Liga com teor >50% de Cobre /Móvel - Liga com teor >50% de Cobre;	616751	Und	10	23,96	239,60
62	Disjuntor tripolar 40A DIN Modelo: Tripolar Número de pólos: 3 Corrente nominal In: 40 A Tipo de disjuntor: Miniatura para trilhos DIN Temperatura Ambiente -20°C a 55°C Terminais (Capacidade dos cabos): 1 ou 2 cabos de até 10mmZ ou 1 cabo de 1,5 a 25mmZ Torque Máximo: 2 Nm Ferramentas de instalação: Chave de fenda e/ou phillips Grau de Proteção: IP2	484199	Und	05	67,87	339,35
63	Eletroduto cinza ou preto 3m PVC 3/4" Polega: 3/4"; Cor: Cinza; Material: PVC.	614254	Und	50	20,93	1046,50
64	Interruptor duplo com placa branco Modo de operação On-Off Classificação de corrente 10 Amperes Tensão de operação 220 Volts Tipo de contato Normalmente aberto Tipo de conector Crimpagem Tipo de comutador push_button Terminal Parafuso Tipo de circuito 2 vias Tipo de montagem Montagem na parede Número de posições 2 Classificação de temperatura mínima 100 Graus Celsius Classificação de temperatura máxima 120 Graus Celsius Método de controle Botão	452737	Und	05	34,11	170,55
	Lâmpada de LED E-27/20W					

65	Base/Soquete: E27 (padrão residencial). Potência: 20W (Equivale a lâmpadas incandescentes muito superiores em consumo). Fluxo Luminoso: \$sim\$1600 - 1800 lúmens. Temperatura de Cor: 6500K (Branco Frio/Luz do dia). Tensão: Bivolt Automático (100V-240V). Ângulo de Abertura: Aprox. 180° a 200°. Vida Útil: Aprox. 25.000 horas.	448527	Und	12	20,27	243,24
66	Lâmpada de LED Tubular T08/18W Potência: 18 Watts. Tamanho: 120 cm (T8). Base/Encaixe: G13. Fluxo Luminoso: Geralmente 18501m a 19001m. Temperaturas de Cor: 3000K (Branco Quente), 4000K (Branco Neutro), 6500K (Branco Frio). Tensão: Bivolt (100-240V ou 110v/220v). Material: Vidro ou plástico leitoso (difusor). Vida Útil: Média de 25.000 horas.	437513	Und	25	16,32	408,00
67	Luva de 34" PVC cinza Cor Cinza Diâmetro Externo 35mm Diâmetro Interno 26,5mm Material PVC Bitola 3/4" Modelo Sem Rosca Altura 40mm Peso 15g Outros Termos Luva de união PVC 3/4", Emenda PVC	469283	Und	30	5,70	171,00
68	Parafuso soberbo Philips c-50mm -6mm Dados técnicos do parafuso: Diâmetro: 6mm; Comprimento: 50mm; Diâmetro da Cabeça: 13mm; Tipo de Cabeça: Flangeada; Rosca: Auto Cortante; Passo: 2,6mm; Sistema de Aperto: Phillips (PH2 e PH3); Material: Aço; Tratamento: Cementado; Acabamento: Bicromatizado (Zincado Amarelo).	472604	Und	300	0,88	264,00
	Parafuso soberbo Philips c-60mm -8mm Dados técnicos do parafuso: Diâmetro: 8mm;					

69	Comprimento: 60mm; Diâmetro da Cabeça: 13mm; Tipo de Cabeça: Flangeada; Rosca: Auto Cortante; Passo: 2,6mm; Sistema de Aperto: Phillips (PH2 e PH3); Material: Aço; Tratamento: Cementado; Acabamento: Bicromatizado (Zincado Amarelo).	307515	Und	100	0,76	76,00
70	Plafon branco E-27 Potência máxima: 100W Tensão Máxima: 250V Cor: Branco Produzido em polipropileno com aditivo anti UV e soquete de porcelana Dimensões CxLxA: Ø138 x 50mm	446452	Und	10	10,80	108,00
71	Tomada 2P+T 20A branca com placa SIMPLES Tomada Desmontável Característica: 2p+T (entrada para 3 pinos) Tensão Máxima: 250v Amperagem: 20A Entrada 3 pinos (NBR) Cores: Branco Brilhante Com Parafusos para fixação e ajuste Dimensões: 8,5cm de Largura x 13cm Altura Modelo: 4x2	614339	Und	30	23,51	705,30
72	Tomada 2P+T 20A BRANCA DUPLA Tensão Nominal: 250Vca Corrente Nominal: 20A Quantidade de Polos: 6 Tipo de Tomada: 2P+T Tomadas: 2 Posição: Horizontal Placa: Não Contém Cor: Branco Material: Plástico Dimensões Aproximadas: Altura: 11cm, Largura: 5cm, Profundidade: 4cm Peso: 40g	618467	Und	20	24,33	486,60
73	Alça pré formada para 70mm² dupla Aplicação: Ancoragem de neutro nu ou revestido em redes multiplexadas (entrada do consumidor ou postes). Material: Fios de aço galvanizado ou aço revestido de alumínio com material abrasivo interno para maior aderência.	386768	Und	20	21,40	428,00

	Bitola/Compatibilidade: 70 mmZ (ou 2/0 AWG). Faixa de Diâmetro: Projetada para cabos com diâmetro aproximadamente entre 10,18 mm e 11,44 mm.					
74	Cabo PP 3X2,5MM 750V Preto Norma: NBR 247-3:2002 Secção Nominal (bitola): 2,5 mmZ Tensão Máxima: Até 750V Condutor: Cobre Capa: Composto de PVC	470419	Metros	100	23,55	2355,00
75	Cabeçote em Alumínio 2" Polegadas (Mufla cabeçote) Usado na vedação dos eletrodutos contra a entrada de água. Facil instalação e economia dos condutores. Utilização em Eletrodutos: Norma: EB 568- ABNT classe li pesado. Com bitola 1/2 a 4 Polegadas. Composição: Fabricado em alumínio fundido de alta resistência mecânica e á corrosão. Acabamento: Alumínio Jateado.	264888	Und	04	26,24	104,96
76	Corrugado preto 50mm (2") resistente Material: PEAD (Polietileno de Alta Densidade) ou PVC reforçado. Diâmetro: 50mm ou 1.1/2" (nominal). Uso: Subterrâneo, lajes, pisos e infraestrutura. Diferencial: Alta resistência a impactos, compressão e agentes químicos. Guia: Geralmente acompanha fio guia para facilitar a passagem de cabos. Normas: Frequentemente atende à ABNT NBR 15715 ou 15465. Aplicações: Instalações elétricas industriais, comerciais e residenciais. Redes subterrâneas, ferrovias, rodovias e aeroportos. Proteção de cabos de fibra ótica e TV a cabo.	398718	Metros	20	9,61	192,20
77	Cabo 1,5mm² flexível preto Material Isolação: Policloreto de Vinila (PVC) Classe: Encordoamento Classe 4 Certificação: Inmetro Propagação: Não Propaga Chamas Material Cabo: Cobre Nu de Têmpera Mole Tensão Nominal: 450/750V Temperatura Máxima: 70C Flexibilidade: Flexível Isolação: Dupla Camada Norma Aplicável: ABNT NBR NM 247-3 e NBR NM 280	636164	Rolo 100 Metros	1	226,72	226,72

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei no 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto no 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.7. O procedimento atende o princípio da segregação das funções na medida em que a autoridade competente nomeou diferentes militares para atuação nas funções atinentes à contratação.

1.8. Quanto a utilização do Sistema TR Digital. Cumpre informar que foi utilizado o Sistema TR Digital do Compras. gov.br.

1.9. Justificativa para utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP). De acordo com os incisos I e II do Art. 3º do Decreto 11.462/2023, os itens e serviços a serem adquiridos nesse processo se enquadram na utilização do Sistema de Registro de preços, uma vez que se enquadram nos incisos I e II.

Além disso, o Sistema de Registro de Preços, neste caso, visa minimizar os riscos de eventuais prejuízos à Administração, uma vez o valor sendo registrado, somente serão adquiridas as quantidades necessárias às demandas conforme a memória de cálculo.

1.10. Atendimento do princípio da padronização. O processo atende o princípio da padronização uma vez que os itens a serem adquiridos são compatíveis com as especificações estéticas, técnicas ou de desempenho de mercado, conforme os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança. Ainda o processamento será realizado por meio do Sistema de registro de preços e as condições de aquisição e pagamento serão semelhantes às do setor privado nos termos dos incisos do Art 40. da Lei 14.133/2021.

1.11. De acordo com o Art. 10. O catálogo eletrônico de padronização será utilizado em licitações cujo critério de julgamento seja o de menor preço ou o de maior desconto, bem como nas contratações diretas de que tratam os incisos I do art. 74 e os incisos I e II do art. 75 da Lei no 14.133, de 2021. Por conta disso, todos os itens estão cadastrados com seus códigos CATMAT (Catálogo de material) a título de padronização.

1.12. Os itens enquadram-se como comuns de acordo com o inciso XIII do Art. 6º da Lei 14.133/2021 - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.13. Em atendimento ao art. 48 da Lei Complementar no 123/2006, foi verificado se os itens da presente contratação possuem valores individuais estimados inferiores a R\$ 80.000,00, de forma a avaliar a possibilidade de destinação exclusiva para Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e entidades equiparadas.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem por finalidade atender às necessidades estruturais de fornecimento de energia elétrica para Parque Regional de Manutenção da 3ª Região Militar (PqRMnt/3), por meio da aquisição de materiais elétricos indispensáveis para a execução de adequações, reparos, manutenções preventivas e ações de melhoria nas instalações que compõem a infraestrutura desta Organização Militar.

2.2. Os materiais descritos são itens comuns de mercado, essenciais para garantir a continuidade das atividades de manutenção predial, assegurando condições adequadas de segurança, funcionamento, salubridade e eficiência operacional das instalações. A ausência desses insumos comprometeria diretamente o andamento das ações de preservação do patrimônio, podendo afetar o desempenho de atividades finalísticas da OM.

2.3. Ressalta-se que, embora esta despesa não esteja prevista no Plano de Contratações Anual (PCA), existe a perspectiva concreta de recebimento de recursos específicos destinados à execução das referidas melhorias estruturais. Diante dessa possibilidade orçamentária, torna-se necessário o

planejamento prévio da contratação, a fim de permitir sua pronta execução quando do efetivo ingresso dos recursos, garantindo economicidade, celeridade e aderência às normas aplicáveis.

2.4. Assim, a contratação mostra-se fundamentada, necessária e alinhada às demandas de infraestrutura do PqRMnt/3, contribuindo para a preservação das condições operacionais e para a continuidade dos serviços prestados por esta Organização Militar.

2.5. O planejamento da contratação foi realizado com a ciência e observância do INSTRUMENTO DE PADRONIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO, conforme parceria técnica entre ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO e o MINISTÉRIO DA GESTÃO E INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS.

2.6. Ainda neste contexto, em conformidade com os Art. 16 e 17, da Lei Complementar no 101, de 04 de maio de 2000, a despesa supramencionada tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual, compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes.

2.7. Declaramos para os devidos fins que a presente contratação se encontra em consonância com o Plano de Gestão do PqRMnt/3, as diretrizes de planejamento conjunto de contratações e o Sistema de Governança deste Órgão Contratante.

2.8. Observa-se que parte dos materiais constantes neste Termo de Referência já possui registro de preços vigente no Pregão Eletrônico conduzido pela Base Administrativa de Santa Maria. Contudo, após consulta formal às quantidades disponibilizadas para esta Organização Militar, verificou-se que o saldo atualmente existente é insuficiente para atender às necessidades de manutenção e adequações estruturais previstas.

2.9. Dessa forma, faz-se necessária a realização da presente contratação, a fim de complementar as quantidades faltantes e assegurar o atendimento integral das demandas da OM, evitando a paralisação das atividades de manutenção e garantindo a continuidade do serviço público.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução proposta consiste na aquisição de materiais elétricos destinados a atender às necessidades de manutenção, reparo, adequação e melhoria do fornecimento de energia elétrica à infraestrutura do Parque Regional de Manutenção da 3ª Região Militar (PqRMnt/3). Os materiais descritos são essenciais para garantir a continuidade das ações de manutenção da infraestrutura elétrica, assegurando condições adequadas de segurança, funcionalidade, conservação e distribuição de energia elétrica para essa Organização Militar.

3.2. Os itens solicitados incluem materiais elétricos e insumos necessários à melhoria e manutenção da rede elétrica das instalações e da área externa da OM. Por se tratarem de bens comuns e padronizados, amplamente disponíveis no mercado, a contratação poderá ser realizada por meio de Pregão Eletrônico, modalidade que proporciona maior competitividade, transparência e economicidade ao processo licitatório.

3.3. A solução adotada atende aos requisitos técnicos estabelecidos pela área responsável, garantindo que os materiais adquiridos estejam em conformidade com as normas aplicáveis e sejam adequados às demandas de manutenção preventiva e corretiva. A disponibilidade desses insumos permitirá a preservação da infraestrutura existente, a melhoria das condições operacionais e administrativas, e a prevenção de deteriorações que poderiam comprometer a continuidade das atividades da Unidade.

3.4. Dessa forma, a aquisição dos materiais representa a alternativa mais eficiente, viável e tecnicamente apropriada para suprir as necessidades identificadas, contribuindo para a preservação do patrimônio público e para o adequado funcionamento das instalações do PqRMnt/3.

3.5. A necessidade identificada consiste na reposição e aquisição de materiais elétricos essenciais para a manutenção, adequação e melhoria das instalações da Organização Militar. Tais materiais são indispensáveis para assegurar condições adequadas de segurança, funcionalidade e conservação das edificações utilizadas nas atividades administrativas, operacionais e logísticas do PqRMnt/3.

3.6. A solução proposta — aquisição de materiais elétricos amplamente disponíveis no mercado — apresenta aderência direta à necessidade descrita, uma vez que fornece os insumos indispensáveis para a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, reparos emergenciais, melhorias estruturais e adequações diversas.

3.7. Dessa forma, fica demonstrada a total correlação entre a necessidade da Administração e a solução selecionada, assegurando que a contratação representa a opção mais eficiente, econômica e tecnicamente adequada para atender às demandas de infraestrutura da OM.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Conforme orientação, foi realizada consulta ao Guia Nacional das Contratações Sustentáveis. No entanto, para os itens a serem adquiridos, não há exigências específicas no referido documento. Ainda, o próprio Guia orienta que, neste caso, quando não há previsão, deverá ser realizada a pesquisa por diretrizes em legislação ambiental específica.

4.1.2. Sendo assim alguns itens já possuem seus critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto.

4.1.3. Os itens pretendidos possuem padrões com desempenho e qualidade, os quais foram objetivamente definidos, possuindo especificações usuais no mercado às quais deverão ser atendidas conforme esse Termo de Referência.

4.1.4. A exigência do critério de sustentabilidade acima estabelecido visa atender ao disposto no art. 5º da Lei no 14.133 /21, no tocante a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Não há indicação de marca ou modelo, somente as referências citadas no Item 1.2.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Não será vedada a contratação de marca ou produto.

Subcontratação

4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei no 14.133, de 2021, pelas razões descritas abaixo:

4.5.1 As principais razões para não exigir garantia nesse tipo de contratação são:

1. Impacto na Competitividade:

- Redução da concorrência: A exigência de garantia pode inibir a participação de redução da concorrência: pequenas empresas e microempreendedores, reduzindo a competitividade e os preços.
- Aumento dos custos: A necessidade de obter a garantia pode gerar custos adicionais para aumento dos custos: os fornecedores, que podem ser repassados para a administração pública.

2. Agilidade na Aquisição:

- Burocratização do processo: A exigência de garantia aumenta a burocratização do processo licitatório, atrasando a aquisição dos insumos e prejudicando a manutenção dos equipamentos.
- Necessidade imediata: Em muitas situações, a necessidade de insumos para manutenção necessidade imediata: é urgente, e a exigência de garantia pode comprometer a agilidade da aquisição.

Margem de Preferência:

4.6. Não será estipulada margem de preferência.

Requisitos mínimos de qualidade dos materiais

4.7. Os materiais fornecidos deverão atender, no mínimo, aos seguintes padrões de qualidade:

- conformidade com normas técnicas vigentes da ABNT aplicáveis a cada item;
- serem novos, de primeira qualidade, sem uso prévio, avarias ou defeitos;
- possuir desempenho compatível com a finalidade de manutenção predial;
- apresentar resistência, durabilidade e características adequadas ao uso em infraestrutura militar;
- conter informações visíveis de lote, fabricante e validade (quando houver);
- vir acompanhados, quando requisitado, de catálogo técnico, ficha de segurança ou ficha de especificação do fabricante;

4.8. O não atendimento a esses requisitos ensejará rejeição do material e sua substituição imediata, sem ônus para a Administração.

4.9. Foi certificado que a aquisição e o pagamento observarão condições semelhantes às praticadas pelo setor privado, considerando preços obtidos em pesquisa de mercado com fornecedores do ramo, condições usuais de fornecimento, prazos de entrega compatíveis e pagamento conforme as normas administrativas vigentes. A contratação respeita os princípios da economicidade, razoabilidade e eficiência, não havendo necessidade de justificativa adicional para eventual não observância dessas condições, uma vez que os parâmetros adotados estão alinhados às práticas correntes do mercado.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho, a qual será enviada para o e-mail cadastrado pelo fornecedor no SICAF, em remessa única, ou seja, da totalidade constante da Nota de Empenho, em dia de expediente normal. O prazo de validade dos produtos no ato de entrega, nos casos em que a validade do produto não estiver estabelecida na descrição do item, será exigida, no ato de entrega do produto, validade restante de pelos menos 75% do prazo total de validade recomendado pelo fabricante. Os produtos deverão conter data de fabricação, validade e lote. Os bens serão recebidos provisoriamente, pelo responsável, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, pelos solicitantes, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos dez (10) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço local e horário: Rua Radialista Osvaldo Nobre, 1130, Bairro Juscelino Kubitschek, Santa Maria - RS CEP: 97035-000. no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:00 de segunda a quinta-feira, e de 08:00 às 11:30 na sexta-feira. Durante os meses de dezembro e janeiro ocorre alterações no horário de expediente, sendo o seguinte: de segunda-feira a sexta - feira das 08:00 às 12:00 Telefone para contato: 55 3212 0560.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

5.5. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.6. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até dez (10) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.12. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.13. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.14. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.15. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.16. A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas por militares designados por meio de Portaria do Ordenador de

Despesas, nos termos do art. 117 da Lei no 14.133/2021.

5.17. Compete aos fiscais:

- acompanhar o cumprimento integral das obrigações contratuais;
- verificar as especificações, quantidades e qualidade dos materiais entregues;
- registrar ocorrências em relatório próprio;
- comunicar irregularidades ao gestor do contrato;
- solicitar substituição de itens em desacordo;
- atestar o recebimento provisório e definitivo, conforme legislação vigente.

5.18. Compete ao gestor:

- coordenar a atuação dos fiscais;
- analisar e adotar providências em caso de descumprimento contratual;
- interagir com a empresa contratada;
- propor aplicação de sanções, quando cabível.

5.19. As atividades de gestão e fiscalização seguirão as normas internas do Exército Brasileiro e demais legislações pertinentes.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei no 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei no 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5o da Lei no 12.846, de 1o de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei no 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei no 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei no 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções

aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei no 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME no 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei no 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei no 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7o, §3o da Instrução Normativa SEGES/ME no 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei no 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei no 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME no 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar no 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei no 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI no 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 24/11/2025.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio do critério de menor preço, nos termos do art. 82, V, da lei 14.133/2021.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei no 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta no 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.24. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.25. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.30. Não serão exigidos atestados de capacidade técnica

Disposições gerais sobre habilitação

9.31. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.32. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto no 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.33. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.34. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 217.080,93 (duzentos e dezessete mil e oitenta reais e noventa e três centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. Observa-se que, embora a despesa não esteja prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) vigente, há tratativas administrativas em andamento que indicam a possibilidade concreta de recebimento de recursos específicos para viabilizar a presente contratação. Dessa forma, o planejamento antecipado torna-se necessário para permitir a pronta execução quando da efetiva disponibilização do crédito.
- 11.2. Diante dessa perspectiva, a contratação encontra-se condicionada à disponibilização do crédito orçamentário, em conformidade com o art. 7º, §2º, inciso III, e com o art. 18 da Lei nº 14.133/2021, que estabelecem que a execução de despesas públicas deve estar vinculada à prévia previsão orçamentária e à existência de dotação suficiente.
- 11.3. Assim, uma vez confirmada a entrada dos recursos, será realizada a devida indicação da natureza da despesa, da UG responsável, e da fonte de recurso correspondente, assegurando total compatibilidade com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e com os instrumentos de planejamento da Administração Pública.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.
- 12.2. Não há necessidade de classificar esse termo de referência nos termos da Lei nº 12.527.

13. ANEXO I

13. ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o prazo de 30 (trinta), contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
- 1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
 - 1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Dispensa Eletrônica, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

- 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
- 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
- 3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 20 (vinte), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.
- 3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
 - 4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei no 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei no 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei no 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei no 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei no 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei no 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal na Comarca de Santa Maria para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1o, da Lei no 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital* *OU* *Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VITOR DA ROSA SILVEIRA

Agente de contratação

IDUNALVO MARIANO DE ALMEIDA JUNIOR

Autoridade competente